

Evidências para que o Brasil rejeite a flexibilização do porte de armas

Série histórica de estatísticas demonstra que a flexibilização do acesso a armas não reduziu a criminalidade nos EUA

So a Reinach

20 de agosto de 2019

EDUARDO ANIZELLI/FOLHAPRESS



Homenagem as vítimas do atentado na Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano (SP)

Quando algum crime hediondo por arma de fogo ocorre, o debate público sobre o acesso a armas retorna às capas de jornais. Incrédula, a população se pergunta como aquelas pessoas tiveram acesso ao armamento que causou a tragédia. Isso ocorre no Brasil, mas também em diferentes países do mundo. A discussão sobre o direito ao porte de armas, crescente no Brasil, já é antigo nos Estados Unidos. Em território norte-americano morrem, aproximadamente, 15 mil pessoas por homicídio por ano. Se, por um lado, a taxa de homicídios vem caindo, é também um dos países que mais sofre com tiroteios em massa. Só em 2019 já foram 251 ocorrências.

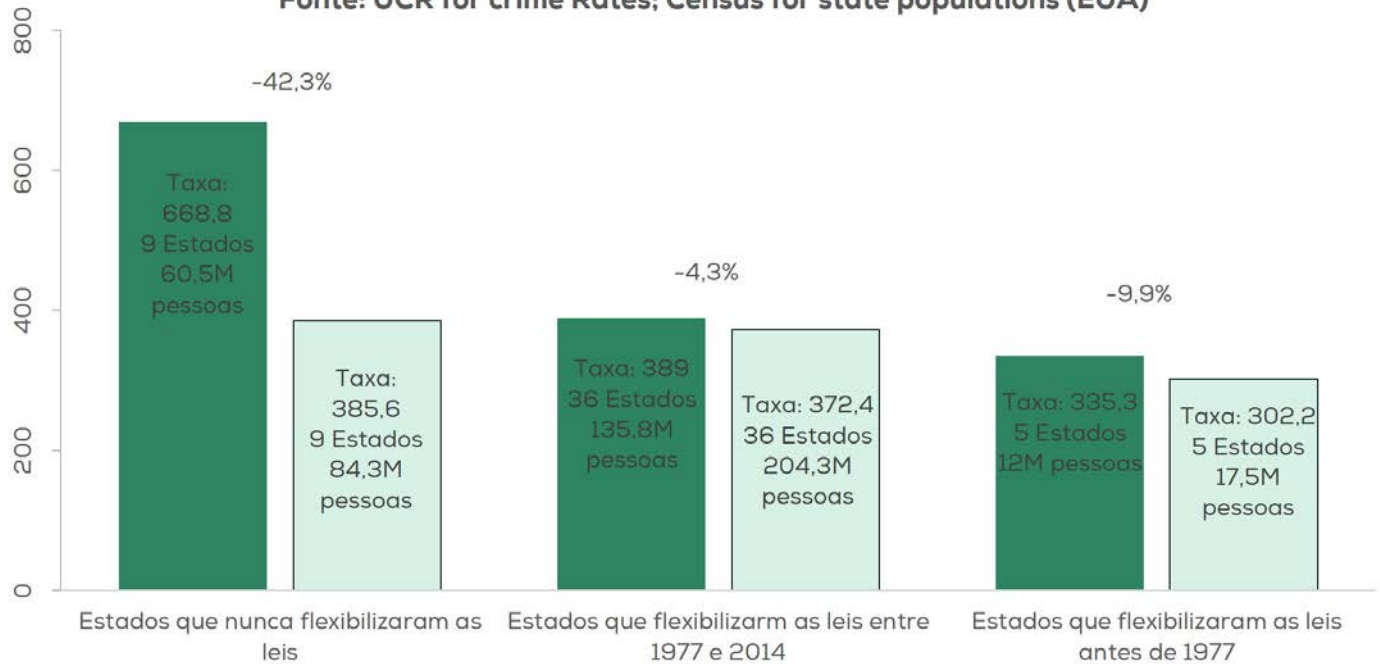
Nos Estados Unidos, é sabido que a indústria de armas é forte, definidora de muitas das decisões governamentais e significativamente influente no poder legislativo federal e dos estados. A legislação que regulamenta o porte de armas varia de ente federativo. Cada estado possui uma lei com maior ou menor controle de armas. Em 1977, um artigo acadêmico dos autores John

Lott e David Mustard foi determinante para que as legislações de muitos estados se tornassem mais lenientes com o acesso a arma de fogo. O estudo, que comparava o aumento da criminalidade ao longo dos anos, demonstrou que o maior acesso às armas ajudaria a reduzir a violência nos estados, uma vez que a possibilidade de ter a população armada intimidaria os criminosos.

No entanto, recentemente, Donohue, Aneja e Weber (DAW), pesquisadores de Stanford, nos EUA, publicaram um longo e robusto estudo com o intuito de revisar as premissas do trabalho de Lott e Mustard, trazer mais elementos ao debate e contestar os resultados apresentados. O primeiro e impressionante dado apresentado pelos autores, demonstra apenas uma comparação do declínio das taxas de crimes violentos nos estados que flexibilizaram as leis e os que não o fizeram. É importante notar que as taxas criminais no país como um todo vem caindo. No entanto, a queda é quase dez vezes maior nos estados que nunca flexibilizaram as leis, como é possível verificar na figura abaixo.

O Declínio das Taxas de Crimes Violentos foi Maior sem Flexibilização do Porte de Armas nos Estados Americanos.

Fonte: UCR for crime Rates; Census for state populations (EUA)



Fonte: Reprodução de Donohue, Aneja e Weber, 2018. Tradução própria.

Após essa primeira constatação, os autores fizeram dois estudos em painel de 1977 a 2014, comparando a trajetória dos índices de criminalidade nos estados que flexibilizaram as leis de acesso a armas àqueles que mantiveram uma legislação rígida. O primeiro painel foi feito replicando a metodologia de Lott e Mustard, aumentando apenas a quantidade de anos considerados (modelo LM). Ao expandir a análise até o ano de 1992, os dados não demonstram nenhuma redução estatisticamente relevante nas taxas de criminalidade dos estados que flexibilizaram as leis de porte de armas. No entanto, ampliando o período até 2014, o resultado aponta para uma tendência oposta à demonstrada por Lott e Mustard em 1977: a taxa de homicídios dos estados que flexibilizaram as leis aumentou de 6 a 7 pontos percentuais após 10 anos de flexibilização. No entanto, mesmo o modelo demonstrando resultados condizentes com a hipótese de DAW, os autores demonstraram que o modelo de 1977 apresentava problemas na sua robustez.

Diante disso, os autores partem para o modelo que chamam de DAW, elaborado por eles mesmos. Neste, inserem mais variáveis de controle como taxa per capita de encarceramento, taxa per capita de cobertura do policiamento, taxa de pobreza, taxa de desemprego, consumo de álcool per capita, porcentagem da população vivendo em áreas metropolitanas e seis idade-sexo-raça variáveis demográficas. Esse modelo apresenta maior relevância estatística nos seus resultados e cumpre com a suposição de tendências paralelas críticas, demonstrando ter maior robustez econométrica. Como resultados, o modelo demonstra que a flexibilização das leis resulta em um aumento de 9% nos crimes violentos e 6,5% nos crimes contra a propriedade. Os autores enfatizam ainda que esse resultado é subestimado já que o modelo não considera a influência de flexibilização das leis de um estado nos seus vizinhos.

Por fim, como forma de complementar às análises, os pesquisadores aplicaram uma metodologia de controle sintético. A partir de uma média ponderada do padrão de evolução da criminalidade em cada um dos estados, utilizou-se a tendência de evolução em estados de características semelhantes para simular o caminho provável das taxas criminais caso estados que flexibilizaram as leis, não o tivessem feito. Após a suplementação dos dois modelos com essa metodologia, os resultados são uniformes: em ambos, passados dez anos, a flexibilização da legislação leva a um aumento de 13 a 15% nas taxas criminais.

Dessa forma, o que esse trabalho demonstra é que o debate público não precisa estar submetido apenas ao impacto de crimes de grandes proporções que chocam a população. A série histórica das estatísticas gera evidências suficientes para que se saiba que a flexibilização do acesso a armas de não reduz a criminalidade. Pelo contrário, os resultados são taxativos de que ampliar o acesso a armas aumenta a incidência de crimes.

Obviamente, esses resultados dizem respeito à realidade americana. Porém, num país como o Brasil em que as taxas criminais são exorbitantes, não é possível fazer política de segurança pública sem considerar as evidências existentes. Flexibilizar o porte de armas no país sem considerar o que ocorreu nos países que o fizeram é assumir um enorme risco de tornar a situação da violência pior do que já é.

Para mais informações sobre o estudo, acesse: <https://www.nber.org/papers/w23510>



So a Reinach

É doutora em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP e consultora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://backup.forumseguranca.org.br/seguranca-no-mundo1/template-1-seguranca-no-mundo-c8p9n>

